



Joaquim Roriz (PSC), quatro vezes governador do Distrito Federal, tem nova candidatura barrada pela Lei da Ficha Limpa. A defesa contestará a decisão do TSE, que tem até o dia 19 para julgar o recurso. Até essa decisão, Roriz pode continuar em campanha.

Falanges da moralidade

‘O direito moderno é a substituição da vontade do rei pela vontade da lei. Agora, o que se pretende é que o juiz do Supremo Tribunal Federal seja o rei’

DEMÉTRIO MAGNOLI

“**F**rancamente, de slava da mente inconstitucional.” O veredicto sobre a chamada Lei da Ficha Limpa é de Eros Grau,

na primeira entrevista que concedeu após se aposentar do STF, publicada pelo **ESTADO** (3/8/10). Grau provavelmente não conhece a saga do vereador Adilson Mariano, do PT de Joinville. Se a conhecesse, poderia usá-la para ilustrar seu veredicto.

◆ Vereador campeão de votos de seu partido em Santa Catarina, Mariano liderou uma manifestação pública contra o aumento de passagens de ônibus em Joinville, em 2006. Na ocasião, seus apelos evitaram um confronto entre a polícia e os manifestantes. Contudo, o Tribunal de Justiça estadual condenou-o à prisão, acatando a acusação de impedir o funcionamento de serviço de utilidade pública.

Eu e você podemos ter opiniões distintas sobre a decisão, pendente de recurso na instância superior. Mas o “crime” de Mariano não consta na relação de crimes contra a administração pública da Ficha Limpa. Mesmo assim, sua candidatura a deputado estadual foi provisoriamente suspensa pelos juízes



Pego. Se confirmado o impedimento, Roriz só volta em 2022

eleitorais. No meio tempo, as empresas de ônibus da cidade deflagraram sua própria campanha, usando a suspensão para qualificá-lo como “ficha suja”. O tribunal eleitoral acatou a candidatura, mas o dano estava feito. Os falangistas da moralidade defendem interesses pecuniários bem definidos.

“A moralidade pública é moralidade segundo os padrões e limites do Estado de Direito”, ensina Grau. E pergunta: “Qual moralidade? A sua ou a minha? Há muitas moralidades”. Ophir Cavalcante, presidente da OAB, tem uma resposta: vale a moralidade dele mesmo, que qualifica como “moralidade média da população”. A entidade que um

dia, num passado que só vive como memória, defendeu as liberdades contra a ditadura, hoje faz lobby pelos privilégios dos advogados. Quem mede a “moralidade média”, Ophir? A OAB? As ONGs?

“Não fomos eleitos”, alerta Grau, dirigindo-se aos juízes que almejam substituir os legisladores. A moda pegou, pois confere poder e prestígio. O TSE, interpretando a péssima lei eleitoral com o voluntarismo dos Ophires, arroga-se a prerrogativa de supervisionar editorialmente a imprensa. Na tevê e no rádio, a opinião independente e os humoristas estão sob uma modalidade curiosa de censura: quase tudo pode ser declarado “campanha eleitoral irregular”, sujeitando emissoras até à suspensão do sinal. A “campanha regular”, entenda-se, é o monopólio da palavra conferido aos marqueteiros no horário eleitoral gratuito. E isso, claro, em nome da democracia.

“O perecimento das democracias começa assim. A escalada castra primeiro os direitos políticos, em seguida as garantias de liberdade.” No mesmo dia em que Grau fez a advertência, os juízes eleitorais, embriagados pela cachaça do poder e operando como tribunal de exceção, determinaram um “direito de resposta” do PT a uma reportagem de uma revista semanal sobre as relações do partido com as Farc. Quando começaram a censurar diretamente os jornais sob alegações de “moralidade eleitoral” como já se faz com o **ESTADO**, em nome da privacidade, no caso dos nebulosos negócios da família Sarney, um exemplo de ficha limpíssima?

“Ficha limpa é qualquer cidadão que não tenha sido condenado por decisão transitada em julgado. Eleitor não é imbecil. Não se pode negar a ele o direito de escolher o candidato que deseja eleger.” Grau passa dos limites ao defender tal direito, na opinião dos falangistas que sonham em tutelar a sociedade. Oded Grajew, um dos chefes das falanges, não rebateu os argumentos do juiz, preferin-

do a agressão vulgar e classificando-os como “desconsideração pelo Legislativo, que aprovou a Ficha Limpa, e com a população, que paga sua aposentadoria privilegiada”.

“O direito moderno é a substituição da vontade do rei pela vontade da lei. Agora, o que se pretende é que o juiz do Supremo seja o rei.” Grau tem razão, mas Grajew pretende ir além disso: ele quer entronizar o juiz – qualquer juiz! – que se subordine ao clamor das ONGs. O homem que fala na “aposentadoria privilegiada” do ministro do STF tem estreita intimidade com o universo do dinheiro público. A Associação Brasileira de ONGs (Abong), sua parceira de todas as horas, publica um Manual de Fundos Públicos que ensina às ONGs o caminho das pedras para o “acesso aos recursos públicos”. Seu Instituto Ethos recebe verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mantém inúmeras parcerias com o governo federal e se beneficia de amplas isenções tributárias. A população paga a sua cruzada para moldar os direitos e liberdades a uma “moralidade” particular, que abrange tanto a tutela dos eleitores quanto o escrutínio racial do quadro de funcionários das grandes empresas do país.

“Grandes apelos populares são impiedosos, podem conduzir a chacinas irreversíveis, linchamentos.” Eu entendo porque tantas pessoas comuns, confrontadas com a corrupção na política e a exasperante lentidão dos tribunais, hoje aplaudem o Ficha Limpa – como ontem ovacionaram um delegado justiceiro obcecado por escutas ilegais. Entendo ainda melhor o interesse dos Ophires e Oded, moralistas insuperáveis, que surfam sobre a onda da indignação popular. Só não compreendo a demora do STF em restaurar a Constituição, como pede seu ex-ministro.

*

DEMÉTRIO MAGNOLI, SOCIOLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP, É COLUNISTA DE **O ESTADO DE S. PAULO**